



Anais da Assembléia

24

CURITIBA, SEGUNDA, EM 30 DE MARÇO DE 1987.

ANO XIII

^a 1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 13.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1.987
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Artagão Mattos Leão e Pirajá Ferreira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborguetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Tadeu Lúcio Machado e Valderi Mendes Vilela (43). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Antônio Belinati, David Cheriegate, Hermas Brandão, Paulo Furiatti, Sabino Campos e Werner Wanderer (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Em nome da Liderança do PDT - Partido Democrático Trabalhista, tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência, para as devidas anotações, os nomes dos Par-

lamentares, que representarão esta Bancada nas diversas Comissões desta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Antônio Belinati

COMISSÃO DE FINANÇAS

Valderi Mendes Vilela

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Algaci Túlio

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rafael Greca

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Antônio Belinati

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Rafael Greca

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Antônio Belinati

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Valderi Mendes Vilela

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Rafael Greca

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO-AMBIENTE

Algaci Túlio

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

Valderi Mendes Vilela

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Antônio Belinati

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO,

COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Rafael Greca

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Valderi Mendes Vilela

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Algaci Túlio

COMISSÃO DE TURISMO

Valderi Mendes Vilela

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

Algaci Túlio

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Rafael Greca, como suplentes.

Antecipo as expressões de agradecimento pela atenção.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

Líder do PDT.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Líder da Bancada do PMDB nesta Assembléia, REQUER a substituição do Deputado Gerote Kirinus pelo Deputado PIRAJÁ FERREIRA, na Comissão de Constituição e Justiça, como SUPLENTE, e a exclusão da lista dos suplentes da Comissão de Reforma à Constituição, dos Deputados Paulo Furiatti e Pirajá Ferreira.

Sala das Sessões, em 30.03.87

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, com assento nesta Casa, indica para membro suplente da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, o Deputado LUIZ ANTÔNIO SETTI, e para membro suplente da Comissão de Saúde o Deputado ERONDY SILVÉRIO.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO
Líder do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da jovem RITA DE CÁSSIA RODRIGUES ALVES, ocorrido no dia 23 de março de 1987, na cidade de Itanhaem - SP.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares da extinta, através de seu pai Lázaro Alves, Rua Ozório Ribas de Paulo, 1973, Apucarana - PR.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. APARECIDO FRANCISCO, ex-vereador da Cidade de Ivaiporã, ex-membro do Diretório do Partido Popular - PP, e do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, ocorrido no dia 29 de março de 1987, na Cidade de Altamira, Estado do Pará.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, através de sua esposa, Alaíce Peixoto Rigueiro Francisco, à Rua Alameda Polivalente, 137, Bairro Premem, Altamira - PA.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se registre nos Anais desta Casa de Leis, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO AMÉRICO SOBRAL, ocorrido no dia 28 de março deste ano, no Município de Santa Cruz do Monte Castelo, neste Estado.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Cruz do Monte Castelo está desolado com a perda irreparável de um dos seus principais fundadores, o Sr. Pedro Américo Sobral, lamentavelmente ocorrida no dia 28 de março do corrente ano.

Exemplo de pessoa que durante seus trinta e quatro anos vividos dentro daquele município, só fez por merecer o respeito e a consideração de toda aquela comunidade, além de por todo esse período ter lutado pelo engrandecimento da mesma.

Pai do nosso companheiro e atual Prefeito de Santa Cruz do Monte Castelo, Sr. Blaudeci Tenório Sobral, o qual, por continuidade dos bons feitos deixados pelo óbito em questão, queremos nos solidarizar para com ele e com todos seus familiares.

Requer ainda, que do presente teor, seja dada ciência aos familiares do falecido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Presidência, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais da sessão plenária de hoje, votos de regozijo pelo aniversário do Município de Jacarezinho, que comemora seus 87 anos de fundação.

Requer, ainda, seja enviado expediente ao Sr. Prefeito Municipal, dando ciência.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a criação de uma Comissão Especial, conforme o art. 34, do Regimento Interno desta Casa de Leis, com o objetivo de discutir, elaborar e apresentar sugestões de matéria constitucional, que deverão ser encaminhadas às Comissões incumbidas de elaborar o Projeto de Constituição, de acordo com o art. 13, § 11, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Nacional Constituinte representa um dos grandes momentos históricos da luta do povo brasileiro pelo fim do autoritarismo. Neste momento, todo cidadão brasileiro tem um dever com a democracia, fortalecendo sua entidade, organizando-se no sindicato, na associação, na cooperativa, no trabalho, na família, no lazer.

Não deve existir mais lugar para omissão, cada cidadão deve ser um todo parti-

cupativo, preocupado com os destinos econômicos, sociais, culturais e políticos do País.

O Poder Legislativo também tem seu compromisso enquanto representante legítimo do povo paranaense. Propomos, desta forma, a formação de uma Comissão Especial para discutir e apresentar sugestões específicas do Paraná à Assembléia Nacional Constituinte. A formação de uma Comissão na Assembléia Legislativa diretamente ligada à Assembléia Nacional Constituinte tem uma importância fundamental neste momento que se discutem os problemas que a maioria do povo brasileiro é vítima.

Esta Casa de Leis não deve medir esforços para conquistar uma Constituição mais autônoma e que os Estados possam ter uma maior liberdade na organização sócio-político-econômica.

Destacamos que cada Estado tem suas qualificações e especificações próprias. O Paraná, além de seus Constituintes, deve estar alerta constantemente nos assuntos que envolvem a nova Constituição, pois, dentro de um curto período esta Casa estará envolvida na elaboração da Constituição Estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja colocado em Regime de Urgência o Projeto de Resolução n. 111/86, que disciplina a instalação dos Gabinetes de Representação das Lideranças das Bancadas.

A matéria tem alta relevância política porque virá dar maior organicidade à estrutura legislativa de nossa Casa de Leis, adequando-a aos padrões democráticos vigentes no Brasil.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado dos Negócios da Educação, no sentido de que sejam promovidas as seguintes melhorias na Escola Estadual Emílio de Menezes: 1. Reforma da cancha de esportes; 2. Melhoramentos na rede de energia elétrica; 3. Reforma das salas de aula dos alunos da pré-escola; 4. Construção de um "play-ground"; 5. Alambrados na cancha de futebol de areia; e, 6. Construção de um salão com capacidade para aproximadamente 500 pessoas.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

A escola Estadual Emílio de Menezes, localizada no Bairro do Capão Raso, nesta Capital, é um importante pólo de cultura e educação de nossa cidade. No entanto, necessita de reparos e melhoramentos indispensáveis ao bom andamento do ensino, tendo em vista as precárias instalações que hoje abrigam alunos, desde a idade pré-escolar, preparando-os para o segundo grau.

A citada Escola encontra-se com a cancha de esportes em precárias condições de uso, bem como suas instalações de aula, elétricas, sanitárias e recreativas.

Há a necessidade premente da construção de um salão de reuniões, debates, projeções, etc., com a finalidade de proporcionar à comunidade escolar um melhor ambiente para seus trabalhos educacionais, culturais e sociais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Ary Veloso de Queiroz, DD. Secretário de Estado do Interior, no sentido de que interfira junto à SANEPAR, para que sejam agilizados os serviços de instalação da rede de água nos Distritos de Bela Vista e Esquina Gaúcha, no Município de Pérola d'Oeste, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A população dos Distritos de Bela Vista e Esquina Gaúcha, há muito vêm reivindicando a implantação da rede de distribuição de água, sendo que a Prefeitura Municipal já perfurou os poços e instalou bombas submersas.

Assim, contamos com a valiosa colaboração da SANEPAR, através da Secretaria do Interior, no sentido de que os moradores venham a ter o tão sonhado abastecimento de água nos referidos distritos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de determinar estudos visando a criação da Comarca de Almirante Tamandaré.

O município em questão, pela sua densidade demográfica, situação geográfica e

pela importância do seu movimento forense, deve ser elevado à sede de Seção Judiciária.

O seu desmembramento da Comarca de Rio Branco do Sul trará maior celeridade na prestação jurisdicional para os numerosos habitantes daquela região, corrigindo-se desta maneira, as distorções atualmente existentes.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, solicitando estudos no sentido de se implantar os cursos de técnicos em Agropecuária, Florestal e em Piscicultura, nos estabelecimentos de ensino de segundo grau, em Maringá, conforme justificativa do vereador Ricardo Antônio Balestra, contida em documento apenso.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, estudos no sentido de se construir um edifício para funcionamento de escola de primeiro grau, no Parque das Grevíleas - 3ª parte - em Maringá.

Atualmente, existe um número elevado de crianças sendo transportadas de ônibus para freqüentarem aulas na Escola Municipal Vitor Belotti, fato que, além de proporcionar vários inconvenientes, causa preocupação às famílias, sobretudo no que se refere à integridade física das mesmas, as quais, diariamente, submetem-se ao risco de acidente automobilístico.

Esta reivindicação da população daquele populoso bairro, ecoa na voz do Vereador Kazumi Taguchi, ao qual damos o nosso apoio.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, no sentido de que se construa um muro de arrimo e calçada, em regime prioritário,

em toda a área que circunda o terreno onde se encontra localizada a Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos, em Maringá, conforme ampla justificativa contida no requerimento do Vereador Ricardo Antônio Balestra.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o urgente asfaltamento da estrada que liga Chopinzinho a Coronel Vivida, interligando a PR-158 e a PR-281, dando-se ciência deste requerimento aos prefeitos e vereadores dos municípios respectivos.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário o urgente asfaltamento do trecho de estrada que liga Chopinzinho a Coronel Vivida, a fim de permitir um maior fluxo de transporte, pela interligação da PR.158 com a PR.281, facilitando o escoamento da produção agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando sejam urgenciados os trabalhos de pavimentação entre os Distritos de Esquina Gaúcha e Bela Vista, no Município de Pérola d'Oeste, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O trecho de estrada ligando os Distritos de Esquina Gaúcha e Bela Vista à sede do Município de Pérola d'Oeste é incessantemente utilizado e encontra-se em precárias condições, dificultando o tráfego, principalmente nos dias chuvosos.

Trata-se de trajeto já incluído no Plano de Obras da Secretaria para 1986, razão porque confiamos no atendimento deste pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, para que sejam tomadas as providências que se fizerem necessárias ao atendimento do pedido de pavimentação asfáltica do Município de Alto Piquiri, abaixo citado:

1. ALTO PIQUIRI/SALTINHO DO OESTE E PEROBAL, numa extensão de 18 km;

2. ALTO PIQUIRI/BRASILÂNDIA, numa extensão de aproximadamente 5 km (acesso primário existente).

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Secretário do Estado da Saúde e Bem-Estar Social para que gestione junto ao Prefeito Municipal de Castro, no sentido de melhorar o atendimento do Posto de Saúde instalado no Distrito de ABAPAN, pertencente ao Município de Castro.

REQUER ainda, o envio de cópia do mesmo expediente ao Senhor Prefeito de Castro e ao Senhor Celso Anguignoni, no Distrito de Abapan.

Sala das Sessões, em 30.03.87

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

Centenas de famílias residentes em Abapan e outras comunidades vizinhas são beneficiárias do atendimento sanitário oferecido pelo Posto de Saúde ali instalado. Entretanto, a população reclama da insuficiência do atendimento. O médico e o dentista só os visitam uma vez por semana, o que é insuficiente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor OSMAR FERNANDES DIAS, DD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando sejam agilizadas as providências para implantação de um Colégio Agrícola no Município de Planalto, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município, bem como ao Presidente da ETICA, Senhor NIMÉSIO A. ERTAL, em Planalto.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A região Sudoeste do Estado, de longa data vem mantendo acentuado surto de desenvolvimento. Planalto, um dos municípios que a integram, acompanha este progresso, as custas da riqueza do seu solo e do trabalho, de sua população essencialmente agrícola.

É sabido que nas famílias da zona rural todos os membros participam do trabalho nas lavouras e os agricultores encontram enormes dificuldades em mandar seus filhos estudar nos grandes centros urbanos.

A criação de um colégio agrícola em Planalto viria beneficiar não só o referido município, mas também os municípios adjacentes, trazendo condições de maior incremento da agricultura e pecuária da região, o que viria, por consequência, elevar ainda mais o Estado do Paraná, já considerado como um dos grandes celeiros do País.

Por outro lado, a CNCE está apresentando o Projeto ETICA - Educação Técnica Integrada a Comunidade Agrícola, conforme xerox anexo de ofício já encaminhado à Secretaria de Estado da Agricultura, que concorre de forma definitiva para corroborar nossa justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, de acordo com o Regimento desta Casa, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Superintendente da SUREHMA, solicitando a agilização das instalações do micro-poço artesiano nas localidades de Grutas e Ribeirãozinho, no Município de Castro.

REQUER ainda, o envio de cópia deste expediente ao Senhor Prefeito de Castro e ao Senhor Celso Anguignone, distrito de Abapan, no mesmo município.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

As comunidades de Grutas e Ribeirãozinho sofrem problemas de insuficiência de água potável. Algum tempo a SUREHMA, perfurou um micro-poço para beneficiar várias dezenas de famílias lá residentes. Porém, até agora, não foram efetivadas as instalações necessárias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Álvaro Dias, Governador do Estado e ao Secretário da Administração, Senhor Mário Pereira, encaminhando posicionamento da FESPAR - Fede-

ração dos Servidores Públicos do Paraná -, em anexo, a respeito da Reforma Administrativa, publicado em 23 de março de 1987, solicitando atenção às propostas e reivindicações apresentadas e REQUER ainda, o envio do presente requerimento à FESPAR na Rua Cruz Machado, 66, 10. Andar, nesta Capital, bem como a FESPEP, na Rua 24 de Maio, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

Entendemos a necessidade da efetuação da Reforma Administrativa. Porém, os servidores não foram chamados à discussão e ao encaminhamento da mesma, razão pela qual entendemos ser justa a reivindicação dos mesmos, em participar da discussão e de serem ouvidos na tomada de decisões. As reivindicações apresentadas no documento, merecem a maior atenção. Em virtude disto esperamos do novo Governador, a máxima atenção às aspirações desta classe, e entendemos que só com a participação dos interessados poderemos dissipar a onda de medo que tomou conta dos servidores do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente de solicitação dirigida ao Diretor-Geral de Navegação Interior da Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM), Senhor Almirante Luiz Fernando da Silva Souza, para que seja estabelecida uma passagem por balsa entre o Município de Santa Helena (Paraná - Brasil) e Porto Índio (Paraguai).

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) PAULINO DELAZERI

JUSTIFICATIVA:

Há muito tempo a comunidade de Santa Helena, dos paraguaios e dos "brasiguaios", residentes nas imediações das fronteiras, reivindicam o estabelecimento de uma passagem por balsa entre os dois países.

Essa passagem vem de encontro aos interesses sociais e comerciais dessas comunidades, ocasionados pela localização e facilidades estabelecidas pelo Município de Santa Helena, como ponto principal de comércio, assistência social e outras necessidades.

Esclarecemos, que já existe nas duas margens do rio, um sistema aduaneiro que atua como órgão orientador e fiscalizador de transações comerciais entre os dois Países, faltando somente seu estabelecimento e autorização por parte da Superintendência Nacional da Marinha Mercante

(SUNAMAM). Destacamos que essa passagem de balsa poderá contribuir em muito, na diminuição do trânsito sobre a ponte da Amizade em Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica, à Douta Mesa, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a implantação de ligação asfáltica ligando as sedes dos Municípios de São João do Ivaí, Godoy Moreira e o Distrito de Ubaúna.

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeitos, bem como aos respectivos Presidentes das Câmaras Municipais de Vereadores dos Municípios beneficiados.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Dizer que as sedes dos Municípios de São João do Ivaí, Godoy Moreira e o Distrito de Ubaúna necessitam urgente de uma ligação asfáltica, seria defender o óbvio ululante. O que nos leva a esta nova proposição é o motivo de que quando solicitamos em ocasião anterior, foi-nos informado que constava da programação. Contudo, findou-se o exercício passado e a nossa reivindicação ficou no esquecimento.

Por considerarmos esta implantação inalienável e premente, rogamos aos companheiros o apoio irrestrito. É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica, à Douta Mesa, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando a implantação de ligação asfáltica ligando as sedes dos municípios de Irati, Inácio Martins e Guarapuava.

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeitos, bem como aos respectivos Presidentes das Câmaras Municipais de Vereadores dos Municípios beneficiados.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A ligação asfáltica entre os municí-

pios de Irati, Inácio Martins e Guarapuava é antiga reivindicação da população e das principais lideranças políticas da região, que sentem dificuldade em escoar e comercializar a sua produção.

Em Irati, tem sido praxe os produtores perderem a maior parte de sua safra de cebola, batata, pêssego e mel, além de outros produtos, por motivo das péssimas vias de acesso para o intercâmbio com os demais Municípios.

De Inácio Martins, a erva mate que é o forte daquele Município, aliados a pecuária e a agricultura em geral, tem sido prejudicados de forma brutal, pois, as vias de acesso são secundárias e não oferecem liberdade de fluxo rodoviário para a região.

Guarapuava, além de ser a maior produtora de maçã do Estado e Sul do País, tem-se destacado por sua produção hortifruti-granjeira e por conseguinte, necessita urgente desta ligação, para facilitar o escoamento e comercialização de seus produtos.

Finalizando, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esperamos contar com o apoio dos ilustres companheiros a esta tão significativa obra, que somente virá magnificar o nosso Estado. É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que se envie requerimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Engenheiro Agrônomo Osmar Fernandes Dias e ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR, Doutor Celso Fetter Hilgert, no sentido de urgenciarem a venda de produtos dos associados da Associação Paranaense de Suinocultores, e demais associações vinculadas, na Bolsa de Mercadorias do Paraná - BMP.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

É público e notório que os produtores de suínos do nosso Estado, como de modo geral os de todo o Brasil, atravessaram e, ainda, atravessam inúmeras dificuldades.

Após a euforia do Plano Cruzado, onde aumentou o poder aquisitivo da população brasileira e faltou carne bovina, voltam os suinocultores à sua triste realidade, no que tange à comercialização de seus produtos.

Os problemas vão desde o alto preço dos insumos até o aviltante preço que o produtor recebe pelo seu produto.

Surge, então, a necessidade de desen-

volvermos no Paraná um plano pioneiro, em termos nacionais, que é a comercialização direta através da Bolsa de Mercadorias do Paraná BMP.

Este tipo de comercialização é amplamente divulgado em países desenvolvidos, tais como Estados Unidos, Canadá.

A venda de suínos através da BMP é uma antiga reivindicação da categoria.

Ela criará um novo e importante canal, que poderá reduzir sensivelmente a figura do intermediário (que nada faz) para colocar na comercialização direta o produtor fazendo com que os valores pagos a estes últimos sejam mais significativos.

Ao elevarmos, para o produtor o preço, ou seja, o seu ganho, estaremos minorizando os problemas cruciais que hoje os afligem.

Tendo em vista os vários critérios para a classificação de suínos, como tipos de carne, peso, etc, e a comercialização em lotes determinados, há a necessidade que a CLASPAR, órgão de classificação, participe ativamente do processo e a Secretaria da Agricultura preste o seu imprescindível apoio, sem o qual o suinocultor não obterá êxito, estabelecendo locais e infra-estrutura necessários para a boa desenvoltura do projeto.

Portanto, encarecemos às autoridades já mencionadas que urgenciem o início da citada comercialização e aos nobres Pares desta Cada que aprovem o presente requerimento, que poderá constituir-se em ponto de partida para a solução dos problemas da suinocultura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes e ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, no sentido de efetuarem estudos visando a construção de uma estrada de pavimentação asfáltica ligando o município de Coronel Vivida, passando pelo Distrito de Honório Serpa (município de Mangueirinha) à PR-459, na localidade de Santo Antônio, município de Mangueirinha e daí até o município de Bituruna.

Sala das Sessões, em 30.03.87

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A construção da mencionada estrada trará inúmeros benefícios à região, pois, fará a sua definitiva integração econômica ao restante do Estado.

Com a nova estrada, Honório Serpa, ganhará acesso mais rápido e mais fácil a

Coronel Vivida, trajeto hoje que se faz por uma velha estrada.

Esta rodovia, sonho dos moradores daquela região, também diminuirá o percurso até a nossa Capital.

Visando, portanto, beneficiar os paranaenses que moram na região e os que por ali trafegam, é que apelamos ao bom senso do Senhor Secretário e do Senhor Diretor-Geral, no sentido de agilizar a execução de tão importante projeto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que se encaminhe expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Estado do Paraná e ao Ilustríssimo Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem DER/PR, no sentido de efetuarem estudos visando a construção de uma ponte sobre o Rio Santana, com aproximadamente trinta metros de comprimento, nas divisas dos municípios de Pato Branco e Renascença.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Na divisa dos municípios de Renascença e Pato Branco, mais precisamente sobre o Rio Santana, a população sudoestina, moradora na região, quando tem necessidade de atravessar o citado rio é obrigada a fazê-lo por dentro de seu leito, ou seja, por dentro da água.

Dizer que é importante construir uma ponte onde nada existe, seria, da nossa parte, expor o óbvio e, embasados neste motivo é que solicitamos, por parte do Executivo, a maior aceleração possível do projeto, para que possamos atender os anseios e necessidades daquela população.

Informamos também, que a ponte solicitada já esteve em programação e, por motivos desconhecidos, a obra não foi executada.

Trabalhar em benefício do povo paranaense é dever e obrigação de todos nós que ocupamos cargos públicos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Professores ÁLVARO DIAS e LUIZ CARLOS HAULY, respectivamente Digníssimos Governadores do Estado e Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que estes determinem que 50% (cinquenta por cento) dos impostos arrecadados pelo Estado, em

razão da compra do café efetuada pelo IBC, desde janeiro do corrente, sejam repassados ao BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, a fim de que este repasse aos cafeicultores de nosso Estado, como forma de empréstimos.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1987.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

A cafeicultura de nosso Estado chegou ao ponto máximo de sua decadência. Na condição de Parlamentar desta Casa de Leis, devemos intervir para que a nossa massacrada cafeicultura seja restabelecida, pois, há algum tempo atrás, detínhamos a soberania nesta área e, hoje o que vemos, é uma posição completamente contrária, pois, nossos cafeicultores estão sofrendo de forma estonteante, os drásticos efeitos causados pela falha política agrícola implantada recentemente pelo Governo Federal. Deste modo, como agropecuarista que somos, colocamô-nos inteiramente ao lado desta classe, bem como requeremos às autoridades acima nominadas que: 50% (cinquenta por cento) de todo o ICM arrecadado, até presente data, pelo Estado, através da compra de café efetuada pelo IBC., desde janeiro do corrente ano, sejam repassados ao BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, no sentido que este repasse aos cafeicultores, como forma de empréstimos, por um prazo de até 06 (seis) meses, a juros mensais máximos de 2% (dois por cento). Acreditamos que tomadas estas medidas, as dificuldades enfrentadas no momento deverão ser amenizadas, pois facilitarão em grande parte a arruação e colheita desta próxima safra. Entretanto, somos sabedores que tal atitude servirá apenas como uma aspirina para um mal tão forte, hoje por toda a classe enfrentado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Ilustríssimo Senhor Presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, solicitando providências urgentes no sentido de atender às reivindicações da classe bancária, solucionando assim, o problemas das greves que afetam o nosso País.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1987.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

Apoiamento: João Arruda, Alexandre Ceranto, Basílio Zanusso e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Face às grandes dificuldades que a população brasileira vem enfrentando, em decorrência da paralisação da rede bancária, o que impossibilita a busca de recursos financeiros essenciais à sobrevivência, bem como, à agricultura do Paraná, uma das mais prejudicadas, pois está em plena fase de colheita e depende da mão-de-obra diária dos trabalhadores rurais, com a obrigação de efetuar os pagamentos semanalmente. A permanência da atual situação fará com que muitos produtores tenham prejuízos irreversíveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica, à Douta Mesa, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando a implantação de ligação asfáltica ligando o Município do Pinhã, o Distrito de Rondinha e a Usina de Salto Segredo.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, bem como ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Pinhã.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1987.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A Usina de Salto Segredo, trouxe ao Município de Pinhã grande desenvolvimento sócio-econômico, não somente ao Município, mas à toda a região.

Acontece que o acesso secundário dificulta o fluxo de tráfego, tornando-se grande inimigo do progresso daquela região.

Com a pavimentação do trecho compreendido entre Pinhã e os Distritos de Rondinha e Usina Salto Segredo, a população será atendida em uma antiga reivindicação que nos foi formulada insistentemente pelas lideranças políticas daquela região.

Por considerarmos de suma importância esta reivindicação, confiamos no apoio solidário dos companheiros a esta justa solicitação. É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamento que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica, à Douta Mesa, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando a implantação de ligação asfáltica ligando o Município de Teixeira Soares ao Distrito de Guaraji.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, bem como ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1987.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nossa solicitação retro implícita, se fundamenta no anseio da população teixeirasoarense, que almeja esta implantação há tempos.

Considerando que já existe pavimentação do Município de Irati até Teixeira Soares;

Considerando que já existe pavimentação do Distrito de Guaraji até o Município de Ponta Grossa;

Considerando que o referido trecho não excede vinte quilômetros de extensão, julgamos oportuno atendermos aquela população que anseia esta realização.

Cremos no apoio dos Senhores Parlamentares a esta necessária solicitação. É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências urgentes no sentido de que seja asfaltado o trecho de estrada que liga o Município de Capanema ao Distrito de Marmelândia (Realeza) passando pelos Distritos de Cristo Rei, Pinheiros e Alto Faraday, dando-se ciência deste requerimento aos Prefeitos e Vereadores dos respectivos municípios.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1987.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Capanema ressenete-se da falta de uma saída para o Distrito de Marmelândia, o que prejudica sensivelmente todos os municípios da fronteira, considerando ser o eixo natural de comunicação com os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e mesmo com o Porto de Paranaguá.

O asfaltamento requerido permitirá a interligação via Marmelândia com Capitão Leônidas Marques e daí para Boa Vista da Aparecida - Três Barras, saindo na BR-277, abrindo nova rota que possibilitará a diminuição do tráfego na BR-277, atualmente congestionada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER:

Seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná Doutor Álvaro Fernandes Dias, solicitando a contratação de todos os servidores públicos municipais que estejam à disposição do Estado, através de convênios com a Secretaria de Estado da Educação, isso após cumpridas as formalidades legais cabíveis ao caso.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1987.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A referida solicitação se vincula ao fato de que o Estado do Paraná realiza em muitos municípios, convênios entre estes e a Secretaria de Estado da Educação, pagando salários e alguns encargos. Por outro lado, é grande em todo Estado, o número desses servidores e a contratação dos mesmos concluiria pela eliminação total desse quadro, o qual sendo mantido acarreta insegurança a ambas as partes, além de onerar os municípios que não têm obrigação legal de suportar encargos referentes à educação de primeiro grau, cujo ônus é dos Governos Estadual e Federal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER:

Seja enviado ao ilustre Secretário de Estado da Educação, expediente solicitando a remessa de uma cópia do convênio realizado no segundo semestre de 1986 com a Prefeitura Municipal de Andaraí, que teve como finalidade a contratação de pessoal para trabalhar nas escolas estaduais do Município de Bandeirantes, bem como ainda deverá ser esclarecido a quantidade de servidores contratados e o estabelecimento de ensino estadual onde prestam ou prestaram serviços.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1987.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A referida solicitação se faz em função da rescisão do convênio com a Prefeitura Municipal de Bandeirantes, praticada unilateralmente pela ex-Secretária da Educação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, Requer:

Seja enviado expediente à Direção Geral do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A- BADEP, para que este informe, através de relação completa com os nomes dos beneficiários de financiamentos, data da contratação, taxa de juros e prazo de vencimento, tendo isso com referência ao ano de 1986, relativos aos contratos de financiamento às empresas paranaenses.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

O pedido ora solicitado visa esclarecer a esse Parlamentar o volume de contratos realizados no ano de 1986, tendo em vista a intensa propaganda que circulou nesse Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais desta Assembleia Legislativa, do Editorial "Não Vamos nos Dispersar", de autoria do Jornalista Silvio Name, publicado no Jornal "Correio de Notícias", do dia 26 de março de 1987, haja vista seu conteúdo de elevado alcance social.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 026/87
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - O Presidente, o Secretário Geral e o Tesoureiro Geral, uma vez eleitos, ficarão automaticamente à disposição da Federação de Entidades de Servidores Públicos do Paraná- FESPEP, sem nenhum prejuízo funcional.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A medida legal, ora submetida ao exame desta Augusta Casa de Leis, vem por fim atender à reivindicação da Federação de Entidades de Servidores Públicos do Paraná- FESPEP, por esta entender que pelas múltiplas atividades exercidas pelos Pre-

ral, mister se faz que estas mesmas pessoas fiquem à disposição da Federação, para poderem melhor desempenhar suas atribuições em benefício dos Servidores Públicos e conseqüentemente do próprio Governo. Com isto, esperamos que a proposição colocada em questão receba o devido apoio e conseqüente aprovação pelos nobres Pares desta Excelsa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra, no pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Ferrari Júnior, do PMDB, inscrito.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Encontra-se em fase final de tramitação o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Estadual a realizar a composição da dívida existente em nome da Cidade Industrial de Curitiba S/A, empresa pertencente ao Município de Curitiba.

Trata-se de um projeto formulado no final do governo passado, portanto, às vésperas de iniciar o novo governo, acompanhado de novas propostas políticas exigidas, aliás, pelo momento político e econômico porque passa a Nação.

É do conhecimento público, o rol de dificuldades a nível orçamentário, que enfrenta o Estado do Paraná, tendo, inclusive o novo Governo envidado esforços com a finalidade de conter rigorosamente as despesas, bem como otimizar a aplicação dos recursos públicos. Assim, a proposta do Estado do Paraná ser autorizado a realizar a composição da dívida da Cidade Industrial está a merecer um exame mais profundo e acurado, exigindo uma reflexão política e moral sobre os encargos que o Estado estaria autorizado a assumir em face, também, dos grandes problemas sociais que nos envolvem e que se apresentam como prioritários.

O novo Governo vem estabelecendo um ótimo relacionamento com o governo Federal, entendimentos estes que já se revelaram profícuos na solução de problemas econômicos do Estado é que, poderão ser decisivos no encaminhamento de uma outra solução para o presente caso, qual seja, o da dívida da Cidade Industrial.

O projeto em questão objetiva solucionar apenas o problema de um dos municípios do Estado do Paraná, enquanto outros continuam angustiados com problema de igual natureza, estando a merecer idêntico tratamento até em razão de prevalência do princípio de isonomia que deve orientar as grandes decisões dos administradores públicos.

Uma outra possibilidade de encaminhamento de solução para esta problemática seria a adoção de providências considera-

das ortodoxas dentro do sistema econômico, que seria a rolagem da dívida, a qual, no caso específico, poderia contar com o apoio e prestigiamento por parte do Estado do Paraná, facilitando para a municipalidade as negociações necessárias para a consecução da rolagem da dívida.

A simples sanção do projeto, sem o questionamento das questões acima invocadas, corresponderia, certamente, a um comprometimento com a realização da dívida, com as circunstâncias que a cercaram, com os erros porventura cometidos na sua contratação, comprometimento de resto inaceitável, principalmente quando se tem em vista que a existência desta dívida pode ter na irresponsabilidade daqueles que a contraíram. Pelos motivos acima expostos, conclui-se que o veto se impõe até como uma forma de respeito para com a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, já que aquele Poder autoriza o Executivo a assumir dívidas, mas não o obriga a consumir a medida. Logo, a inércia do Executivo, em face dos dispositivos do projeto, em nada o comprometeria, mas obviamente estaria relegado à gaveta um projeto aprovado pela Assembleia Legislativa.

Apresenta-se, pois, o veto como prudência e zelo pela coisa pública.

O assunto, porém, não deve ser abandonado ou esquecido, razão pela qual propõe-se também, a criação de uma comissão destinada a estudar meteticulosamente a dívida da Cidade Industrial de Curitiba S/A ".

Venho, tranqüilamente a esta tribuna, e desde o primeiro momento coloquei-me inteiramente contrário a esta matéria. Votei, inclusive, contrariamente a tal medida, e diante das informações de que o Governo vetaria esta matéria, fico realmente à vontade e tranqüilo, esperando que isso ocorra.

Lembro-me, inclusive, que jovens e novos Deputados, desta Casa, aqueles que agora chegaram, reclamaram que nem sequer tiveram tempo de estudar uma matéria tão importante como aquela, pois teriam que se ater mais detidamente, para debater com mais clareza este problema, visando a solução do mesmo.

Pego à Mesa, por gentileza, encaminhe a Sua Excelência, o Governador, cópia deste pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Pedro Tonelli, Líder do PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobres colegas, demais presentes.

Neste Pequeno Expediente de hoje, quero referir-me a uma matéria publicada na

"GAZETA DO POVO", de domingo, na sua primeira nota política da sua coluna, onde fala sobre a encampação da dívida da CIC, e quero ter o prazer de ler esta matéria, para, depois, tecer alguns comentários.

(Lê):

"O Governador Álvaro Dias está no firme propósito de vetar o projeto de iniciativa do Governo passado, aprovado pela Assembleia Legislativa que autoriza a encampação da dívida de 82 milhões da CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA."

"Segundo fonte do Palácio Iguazu, o Governador estudou o projeto e nele viu algumas irregularidades, como o beneficiamento das grandes empresas devedoras da CIC e que estas foram avalistas junto ao BANESESTADO."

Por outro lado, está-se tornando quase insuportável a pressão de Prefeituras do Interior, que querem isonomia no tratamento da Prefeitura de Curitiba."

Quero dizer o seguinte: chamar a atenção de todos os que estão embuídos da grande tarefa e da grande missão Parlamentar nesta Casa, mostrando aqui que, quando, na primeira semana deste Período Legislativo, muitos de nós, como o Sr. Deputado Basílio Zanusso, que queria o adiamento da matéria por trinta sessões, bem como o Sr. Deputado Rafael Greca, que queria a presença do Prefeito e de Secretários para darem explicações, a fim de que pudéssemos entender melhor, se realmente essas afirmações eram cheias de razão.

Quando nós afirmamos aqui nesta tribuna, de que não deveríamos aprovar matérias "a toque de caixa", isto está sendo demonstrado pelo próprio Governador do Estado de que estávamos com a razão.

Queria, também, aqui usar desta matéria publicada pela imprensa e contrariar a afirmação do Líder da Bancada do PMDB, Deputado Caíto Quintana, quando ele pediu para que a matéria não fosse discutida e que não fosse chamado o Secretário para dar explicações e discutir sobre a mesma.

Agora, que já foi votada por nós, foi autorizada a concessão de empréstimo, e estão começando as "dores do parto".

Portanto, através desta pequena matéria e deste pequeno pronunciamento do Governador Álvaro Dias, está ficando mais claro a quem interessava e a quem interessa a autorização para contrair 82 milhões de dólares de empréstimo.

Está aqui o próprio Governador, reconhecendo a importância de nós, como Poder Legislativo, analisarmos profundamente todas as matérias que se colocam em discussão nesta Casa.

E gostaria, também, de denunciar mais uma vez, com base nesse assunto, com a afirmação do Governador de como a gente encontra facilidade em aprovar aquilo que

interessa aos grandes grupos e aquilo que contraria o interesse da classe trabalhadora, porque é impossível agradar ambos, aos trabalhadores e ao grupo de empresas que está interessado.

Então, é isto que eu queria chamar a atenção de todos os companheiros Parlamentares que compõem esta Casa. Nas próximas discussões, nas próximas matérias, nós teremos que dar todo o tempo necessário para discussão, para aprofundamento, para que se possa analisar e poder votar com tranquilidade.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Djalma de Almeida César.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"O primeiro pronunciamento do Governador Álvaro Dias, retratando o perfil econômico do Estado e as medidas primeiras para o enfrentamento da crise financeira que o afeta, indica, com segurança, os rumos que serão seguidos pela administração recém-empossada.

Já tivemos oportunidade de assistir, em apenas uma semana de governo, o anúncio de dois conjuntos de medidas extremamente relevantes: o plano emergencial de atendimento ao armazenamento da safra deste ano, com a instalação imediata de silos graneleiros infláveis, e o programa de assistência aos agricultores do Vale do Ivaí, aclamada pelo Bispo de Apucarana como "um passo de coragem na direção ao pacto social".

Agora, com a mesma coragem e franqueza, vem o Governador anunciar medidas destinadas a conter o déficit do Tesouro, agravado pelos aumentos concedidos ao funcionalismo e encarados como ponto de honra deste Governo.

O compromisso com a verdade constitui a pedra de toque do Governo Álvaro Dias. Na trilha deste compromisso, o Governador demonstra o desequilíbrio entre receita e despesa no Orçamento do Estado, desequilíbrio causado por uma série de fatores internos e externos. Chama a atenção, o déficit previsto para março, da ordem de 500 milhões de cruzados, além do montante da dívida do Estado, girando em torno de mais de um bilhão de dólares; o Governador não apresenta estes números para justificar medidas tradicionais de contenção, nem para explorar o desânimo que poderia gerar. Pelo contrário, num tom otimista e esperançoso, demonstra acreditar nas imensas potencialidades do Paraná, conquanto sejam adotadas medidas que permitam admi-

nistrar com eficácia os custos da máquina governamental.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É neste tom de otimismo que elenca as principais medidas a serem adotadas:

1) o aumento da arrecadação, sem criar novos tributos, mas combatendo a sonegação e riscando do vocabulário do Governo a palavra "anistia fiscal";

2) a racionalização do custeio da máquina administrativa, com a introdução de critérios técnicos, capazes de garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população.

Esses dois conjuntos de medidas, certamente sacudirão, de modo até doloroso, a estrutura administrativa do Estado. No entanto, a reforma administrativa tem por objetivo não apenas a viabilização do pagamento adequado ao funcionalismo público e o enxugamento da máquina administrativa, mas a criação de uma nova mentalidade nos serviços públicos, caracterizada pela agilidade, dinamismo e modernidade.

Os governantes não podem mais assistir, passivamente, à degradação da estrutura pública dos Estados, limitando-se a pronunciamentos de caráter demagógico ou a medidas timidamente paliativas. A rápida evolução do processo de democratização da sociedade brasileira, ansiosa por libertar-se cada vez mais dos vícios que foram se implantando no coração do Estado, exige medidas corajosas, e até, audaciosas para a superação das dificuldades presentes.

Estamos certos de que a população do Paraná, que confiou nas promessas de campanha de Álvaro Dias e do PMDB, entendeu a mensagem do Governador e emprestará seu apoio às medidas ora tomadas. A nós, legitimados pelo mandato popular, cabe-nos agilizar este processo no que nos diz respeito, contribuindo com nossa capacidade criativa e crítica para que o projeto de reforma administrativa marque, indelévelmente, este início de Governo como o alvorecer de um tempo de esperanças e realizações.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o Senhor Deputado Homero Oguido, inscrito por trinta minutos.

O SR. HOMERO OGUIDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados (Lê):

"É impressionante o número de manifestações que nos têm chegado às mãos, criticando os rumos atuais da economia brasileira e, de modo especial, angustiado com os patamares crescentes a que se têm elevado os juros bancários.

O teor de todas as manifestações é similar: preocupação com os rumos da política econômica, clima de intranquilidade no seio de todas as classes sociais, angústia frente à espiral inflacionária e dos juros, anseio por medidas saneadoras e restauradoras da confiança das classes trabalhadoras e empresariais.

Senhor Presidente:

Não somos daqueles que aplaudem quando o governo está no alto, passando ao ataque desvairado com intuítos meramente demagógicos. Conhecemos e assumimos nossa parcela de responsabilidade pela atual situação que vive o País, porque reconhecemos nossa pertença ao PMDB. No entanto, justamente porque nosso Partido sempre se caracterizou pela sua independência e busca de coerência com seus claríssimos enunciados programáticos, não podemos silenciar neste momento em que, mais do que nunca, faz-se necessário o exercício da crítica construtiva.

Falar em crise, no Brasil, já se transformou em uma tautologia. Parece que o estado natural deste País é o de crise, a tal ponto que a palavra perdeu seu vigor originário pela utilização rotineira que dela se faz. Mas, o pior é que, por sua persistência crônica, acaba por generalizar uma atitude de "dar-de-ombros", na esperança de que os problemas se resolvam pela lei da inércia.

Convém atentarmos para a tentação de desarmar a crítica pela omissão da conveniência, ou de banalizá-la pelo abuso da incontinência. O desarme da crítica é extremamente perigoso já que, inviabilizando o exercício da cidadania, ameaça enormemente a construção democrática.

Como Parlamentares, não podemos deixar de reconhecer que as elites políticas com responsabilidade de poder têm sido incapazes de formular uma verdadeira estratégia de democratização voltada para o efetivo enfrentamento dos problemas estruturais e, ao mesmo tempo, para as necessárias mudanças no plano institucional. Esta incapacidade de formular uma estratégia para a transição agrava-se pela atual postura evasiva do Governo face à questão econômica.

É preciso denunciarmos claramente as conseqüências em cascata dos desacertos posteriores ao Plano Cruzado. De improvisação em improvisação, chegamos hoje à total ausência de políticas aptas a lidar com as três crises que se relacionam intimamente: a da dívida externa, a da inflação e a da recessão. Convivendo com a desorganização, com a falta de alternativas, a economia brasileira afunda-se na própria tragédia. O dogmatismo governamental, demonstrando uma resistência monolítica aos poucos "focos de lucidez" que buscam ini-

ciativas de bom senso, tem deixado o País à deriva de medidas econômicas coerentes.

Até o momento, a política econômica tem sido pródiga na proposição de esperanças, mas pouco tem oferecido de concreto para materializá-la. Não pretendemos, no entanto, fazer coro com as cassandras resuscitadas do autoritarismo que, após um tempo de hibernação, reaparecem tecendo loas a si próprias, esquecidas de que foram seus desmandos os principais responsáveis pela miséria em que vivem milhões de concidadãos nossos. Não podemos esquecer que a ditadura escorada pelos seus "gênios" da economia, é que estimulou as obras faraônicas, propiciou a gigantesca corrupção e lançou as bases das mudanças infra-estruturais que redundaram nos problemas presentes. Não esqueçamos que o "arranque" do capitalismo financeiro obedeceu, no Brasil, a parâmetros aventureiros respaldados pelo fuzil, convertendo os grandes especuladores e os bancos na versão atual dos "robber barons" de antanho.

Deixando de lado, portanto, as lamúrias hipocritamente sentidas desses personagens que, queira Deus, não hão de retornar a desgraçar o País, precisamos reconhecer a situação em que vivemos.

Não estamos afastados do risco de uma recessão.

Os índices de produção industrial vêm caindo sistematicamente. No comércio, as vendas retraíram-se de forma brutal. Os investimentos privados estão sendo adiados ou suspensos. Em síntese, o nó da economia não se desata e a Nação sofre o agravamento da crise econômica, com ameaças de retaliação externa e de estagflação interna.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A Nação está a exigir medidas concretas e imediatas no campo da política econômica.

Urge a definição de um plano de estabilização econômica que possibilite maior rapidez nas decisões do Governo e na negociação da dívida externa, mas que mantenha, ao mesmo tempo, o crescimento econômico e uma política salarial equitativa.

Os documentos denunciando a atual situação pedem, em síntese, algumas medidas inadiáveis, como: o estabelecimento de uma diretriz econômica sólida e transparente; que se ataque, com firmeza, a inflação e os juros abusivos; que se canalizem recursos para os setores básicos da economia; que se busque estancar a sangria do déficit público; que se conceda à agricultura preços mínimos justos e taxas de juros de financiamento e custeio compatíveis e padronizadas.

Felizmente, temos hoje no Governador Alvaro Dias um dos mais ardorosos defensores do clamor do povo do Paraná. Tanto em seu discurso de posse, quanto nas medidas

efetivamente anunciadas, o Governador tem sido o portador das nossas grandes preocupações, aliando às suas manifestações o esforço em conseguir, por parte do Governo Federal, medidas capazes de sanar nossas urgências maiores.

A verdade, enfim, é que o Governo precisa, compreender a natureza da atual crise econômica e, buscando sustentação e auxílio nas manifestações da sociedade, adotar diretrizes econômicas capazes de gerir a economia com competência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

Com a palavra, ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Desejo, em primeiro lugar, trazer uma notícia a este Plenário a respeito da viagem que fiz a Brasília na condição de Presidente da União Parlamentar Interestadual.

Em Brasília, tivemos a oportunidade de conversar com todos os líderes partidários e percebemos a angústia e a necessidade que possuem os Constituintes de todos os partidos políticos em ouvirem a realidade de cada Estado.

Para isso, propusemos uma Comissão Suprapartidária com representantes de todos os partidos políticos com assento na Assembleia Nacional Constituinte, para que eles pudessem se dirigir aos Estados e, através das Assembleias Legislativas Estaduais ouvir a reivindicação de cada Estado.

Neste Brasil de muitos "brasis" é preciso que os Constituintes tenham em mente a realidade de cada Estado brasileiro.

Para isso, as Assembleias Legislativas devem ter a oportunidade de coordenar os trabalhos junto aos diversos segmentos da sociedade para que efetivamente a Constituição seja duradoura e crie neste País, o Estado de direito, de liberdade e democracia que todos desejamos.

Propusemos aos Senhores Constituintes que houvesse um trabalho conjugado entre as vinte e três Assembleias Legislativas e o Poder constituinte, de tal forma que as Assembleias Legislativas nos finais de semana, (sextas-feiras e sábados) pudessem se transformar em tribunas livres e os Constituintes viessem de Brasília e ocupassem a tribuna das Assembleias para poder relatar ao povo, o trabalho que estão

efetuando em Brasília e, ao mesmo tempo, ouvir as reivindicações dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Temos temas fascinantes pela frente, como por exemplo, o da Reforma Tributária. Em Brasília eu vi, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os Senhores Prefeitos Municipais, praticamente, tomarem o Palácio do Planalto, exigindo do Senhor Presidente da República uma definição com relação a uma Reforma Tributária urgente e inadiável. Mas, senti que, em Brasília, não estavam todos os Prefeitos Municipais do Brasil, porque alguns municípios, inclusive, não possuem recursos para pagar uma viagem de um Prefeito Municipal a Brasília.

Por que não, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, nós, Deputados Estaduais, com a legitimidade do voto popular, fazemos com que os Constituintes Federais venham aos seus Estados e aqui possam ouvir da voz dos Prefeitos Municipais as reivindicações dos municípios paranaenses?

Por que não, Senhor Presidente, fazer com que as Assembléias - nos finais de semana, possam ouvir os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, os Sindicatos dos Trabalhadores Urbanos, a Imprensa, o Conselho Estadual da Mulher para que, efetivamente, os Constituintes façam uma Constituição voltada para o interesse e as peculiaridades regionais, ao invés de fazerem uma Constituinte elaborada na verdadeira "Ilha da Fantasia" - que é Brasília, onde há pelas características daquela cidade e do próprio funcionamento do Congresso Nacional, um distanciamento entre o Constituinte e o homem do povo comum.

Temos nós, Deputados Estaduais, além da responsabilidade de intermediar as reivindicações populares aos Senhores Constituintes, também a necessidade de fazermos a Constituição Estadual. Com os Constituintes Federais, visitando as Assembléias Legislativas, ouvindo aqui, as reivindicações do povo, eles poderão, ao mesmo tempo, informar aos Deputados Estaduais de como se proceder para se efetivar as Constituições dos diversos Estados.

Esta é a tarefa maior que deve unir todos os Deputados Estaduais. Esta Legislatura não é apenas a Legislatura que vai definir a Lei Maior do Estado, mas os Senhores Constituintes vão escrever os seus nomes, como os homens responsáveis pela elaboração da Constituinte Estadual.

Esta é a tarefa principal desta Assembléia Legislativa Estadual. E para isso, precisamos não só estarmos equipados com os mais modernos recursos à disposição dos Senhores Parlamentares, como também, precisamos manter um contato permanente com Brasília, com os Senhores Constituintes.

Este é um desafio para as Assembléias

Legislativas Estaduais. Porque o que se verifica hoje, no Brasil, são diversos segmentos da sociedade reivindicando sozinho os seus direitos e fazendo trabalhos de "lobby" em Brasília.

O que propomos, Senhor Presidente, para concluir, é que as Assembléias abram as suas portas para o povo e para os Constituintes, e através desta Casa - que é a Casa política, nós possamos realmente, ajudar este País numa hora tão difícil e tão dramática que ele vive.

Muito obrigado (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PT se fará uso da palavra. Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, nobres colegas Deputados.

Gostaria que se fizesse constar nos Anais desta Casa um manifesto publicado hoje pela Federação e Sindicatos dos Bancários do Estado do Paraná que passarei a ler na sua íntegra.

"A população paranaense.

Ilegais são os juro e os privilégios dos banqueiros, massacrados por baixos salários. Oitocentos mil bancários estão em greve. Greve só deflagrada, após mais de quarenta dias de insistentes apelos, de nossa parte, para um diálogo que conduzisse a um acordo. Diálogo recusado, arrogantemente, pelos banqueiros e pelo Governo e que agora, diante do sucesso da nossa greve e da comovente solidariedade da população, Governo e banqueiros ameaçam retaliações contra a brava categoria dos bancários.

Tentam nos derrotar, tentam nos humilhar com ameaças do uso da força bruta. Tentam nos derrotar pela decretação da ilegalidade da greve, pela intervenção nos sindicatos e pela cassação dos nossos dirigentes e também pelas demissões, e mais, pela repressão policial.

É um escândalo. Trata-se de grosseira agressão aos mais elementares direitos do povo brasileiro. É uma traição a todos os compromissos assumidos pelos atuais ocupantes do Poder. Tudo em nome do velho e vergonhoso costume de usar a força armada para garantir inaceitáveis privilégios dos banqueiros.

Na agressão aos bancários, banqueiros e Governo cometem um crime contra todos os brasileiros. Nossa categoria não se intimidará. Recusamos a provocação e exigimos diálogo em busca de acordo. Nossa greve é justa, em busca de salários que nos permitam uma vida digna.

Ilegal é a dívida externa. Ilegais são os juro e os escandalosos privilégios que

os banqueiros dispõem no dia de hoje.

Agradecemos ao povo paranaense pela generosa compreensão e pela comovente solidariedade à greve. Esperamos que os nossos Governadores, os Constituintes, e demais Parlamentares eleitos em novembro, honrem o compromisso com a Democracia e a busca da Justiça Social.

Por isto, apelamos a todos para que nos ajudem a quebrar a escandalosa intransigência dos poderosos banqueiros, únicos responsáveis pela greve nacional.

E a greve continua."

Portanto, companheiros e companheiras, está aí o apelo desta categoria dos bancários que já está, desde o dia 26, paralisado quase que totalmente, chamando a atenção. E a desatenção é total daqueles que detêm o poder em atender o seu chamado e não dar nenhum cruzado de aumento em seus salários. Os 100% significa simplesmente, corrigir a defasagem entre o que foi estabelecido entre o dia 27 de fevereiro do ano passado e o dia de hoje. Não é nenhum cruzado de aumento no salário, mas sim, corrigir aquilo que lhe foi roubado.

Da mesma forma queria lembrar que os professores da rede federal continuam esquecidos, como se esta categoria fosse dispensável ou não existisse.

Da mesma forma, queremos lamentar que no dia de amanhã, 31 de março, os agricultores, os pequenos produtores de cinco Estados do Sul, depois de uma trégua de duas semanas não foram ouvidos e não foram atendidos. E amanhã, se obrigarão a voltar a bloquear estradas, bancos no Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Aí está mais uma prova de que o poder constituído nesta Nação inteira de Norte a Sul, e interessa simplesmente, a uma minoria. Uma minoria dominante que não vive do seu trabalho, que vive às custas do trabalho dos outros e nem sequer se apaixona pela miséria e pelo sofrimento que a população trabalhadora transpõe na sociedade presente.

E queria lamentar mais um exemplo aqui nesta Tribuna. De que a gente sente de como estão sendo tratados os trabalhadores nesta Nação.

Li na "Gazeta do Povo", de hoje, 30 de março, que o processo, o inquérito que apurava os culpados pelo atentado ao companheiro sindicalista de São Miguel do Iguaçu, Miguel Sadri, brutalmente agredido e quase morto com seis tiros, foi arquivado, alegando-se a falta de pistas.

Onde está o interesse da Justiça em apurar os culpados por tal agressão?

Então, queria exemplificar, para mostrar como não existe o mesmo interesse em apurar o crime contra o sindicalista que

representa os trabalhadores deste Estado, quando vemos por outro lado, o Pastor Werner Fuchs que também está enquadrado no inquérito porque atacou, segundo a lei, as forças Armadas, e estão fazendo tudo para incriminá-lo. Este procedimento, porém não está sendo adotado com relação ao companheiro sindicalista representante dos trabalhadores de São Miguel do Iguaçu.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, nobres colegas. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta à Liderança do PTB se fará uso de seu horário.

Com a palavra, o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Foi com muita surpresa, Senhor Presidente, que li ontem, na seção política do Jornal "O Estado do Paraná", entrevista concedida pelo nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado quando fez referência à eleição da Mesa que vai dirigir os trabalhos da CCJ desta Casa.

Em respeito ao próprio Deputado Tadeu Lúcio Machado, um dos candidatos, em respeito aos Excelentíssimos Senhores Deputados, membros da Comissão de Justiça da Casa, em respeito ao Corpo Legislativo, à imprensa da minha terra, eu quero historiar, rapidamente, como se processou aquele pleito.

Na qualidade de Deputado mais idoso, coube a mim abrir e conduzir os trabalhos. Naquela oportunidade, verificou-se a ausência de dois membros da referida Comissão. O nobre Deputado Gernote Kirinus requereu que fossem convocados, como suplentes, os membros mais idosos da Comissão. O Deputado, se não me engano, não me lembro, um Deputado do outro lado que contestou achando que deveriam ser convocados os suplentes pela ordem de indicação da Liderança do PMDB. Ora, o regimento Interno é omissivo, não determina, na Sessão de Instalação, a forma de convocação do suplente, e não determina também que a Comissão deva estar com todos os seus membros, para deliberação, estabelecendo, sim, o quorum mínimo, que é a maioria de membros da Comissão que estavam presentes. E, como não é segredo para ninguém que acompanha a política no Paraná, que o Partido Majoritário, nesta Casa, está inexoravelmente dividido, debatendo-se em duas alas. Desde o episódio da eleição da Comissão Executiva, este Deputado depreendeu que existiam dois candidatos, embora nenhuma inscrição houvesse sido feita, até então. Um candidato que convencionou-se chamar o "Grupo 18", e um candidato que chama-se, hoje, o "Grupo

dos 19". Mas, à Presidência, à direção dos trabalhos, não competia entrar no âmago da questão partidária e sim conduzir os trabalhos à luz do que determina o Regimento Interno da Casa, e verificou, esta Presidência que, coincidentemente, faltaram dois Deputados, um do "Grupo dos 18" e um do "Grupo dos 19".

Propôs esta Presidência que se fizesse a eleição com apenas doze membros, o que foi aceito por unanimidade. Ainda naquela oportunidade, o Deputado Gernote Kirinus requereu que a votação fosse secreta. O Regimento Interno também é omissivo, neste particular pois não determina que seja votação em aberto ou secreta. Mas, a Presidência dos trabalhos, procurando conduzi-los da forma mais democrática possível, estabeleceu que se fizesse uma votação para definir a forma de escolher o Presidente da Comissão. A forma escolhida pela maioria foi a de votação secreta. Realizada esta, verificou-se um empate. No mesmo instante, o Deputado Tadeu Lúcio Machado aceitando o resultado, foi cumprimentar o Deputado Djalma de Almeida César, o outro concorrente, e que também havia obtido o mesmo número de sufrágios, que seria o eleito segundo o entendimento, segundo a prática da Casa, por ser o mais idoso.

Surpreendentemente, Senhor Presidente, eu verifico, depois, no jornal, que o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado quis valer-se do artigo 5.º, do Regimento Interno, que diz o seguinte: "A apuração desta eleição será feita pessoalmente pelo Presidente das Sessões Preparatórias, sendo declarado eleito o que tiver obtido a maioria absoluta dos sufrágios".

E, no parágrafo único deste artigo diz - "Se nenhum dos votados obtiver a maioria absoluta dos votos dos presentes, proceder-se-á a um segundo escrutínio, em que só poderão ser sufragados os dois nomes que tiverem sido mais votados na eleição anterior". Ora, salvo outro entendimento, este artigo trata da Sessão Preparatória da Instalação dos Trabalhos Legislativos, da Sessão Preparatória; não há nenhuma alusão à eleição das Comissões Parlamentares da Casa, que é regulamentada pelo artigo 40. Entretanto, Senhor Presidente, este Deputado não quer ser o dono da verdade nesta Casa. Aguarda, por que a ata ainda não foi lavrada, não foi assinada, aguarda um recurso e encaminhará; recurso que porventura for interposto ao órgão técnico desta Casa. Se o órgão técnico decidir por nova eleição, não há porque negá-la.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência. Permite um aparte? (Assentimento). Vossa Excelência, quando presidia a sessão de eleição da C.C.J., disse que o

Regimento Interno era omissivo, e, por esse fato, a eleição seria realizada, por analogia, com o que dispõe o Regimento Interno da Casa, no artigo em que trata da eleição da Comissão Executiva da Casa.

Entretanto, o nosso entendimento foi de que se realizaria da forma como é realizada a eleição da Comissão Executiva da Casa.

E o Regimento Interno diz que quando nenhum Deputado atingir maioria absoluta, partir-se-á para novo escrutínio. E foi como ocorreu, nobre Deputado Erondy Silvério. Infelizmente, Vossa Excelência, além de não convocar um novo escrutínio, nem sequer deu posse ao Deputado eleito por ser o mais idoso, o Deputado Djalma de Almeida César.

Então, o nosso recurso foi, evidentemente, para resguardar o nosso direito. É lógico que, se Vossa Excelência tinha entendido como terminado o episódio eleitoral, não nos restaria outra alternativa senão recorrer da decisão à Comissão Executiva da Casa ou seja, à Mesa. Portanto, nós entendemos que estamos agindo com lisura e procurando manter o Regimento Interno, aceitando o que ele diz em todos os seus artigos, em todos os seus parágrafos.

Não estamos, de forma alguma, duvidando da integridade e da lisura de Vossa Excelência...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Disso Vossa Excelência não pode duvidar mesmo!

O Sr. Tadeu Lúcio Machado ... entretanto, nós só não concordamos quando Vossa Excelência não acha correta a nossa atitude, porque estamos lutando pelo direito que adquirimos quando fomos eleitos Deputado Estadual, portanto, com direito para participar de todo o processo legislativo neste Poder.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência expressa outro entendimento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa informa que o seu tempo está esgotado e lhe concede mais trinta segundos para concluir.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência expressa outro entendimento.

Vossa Excelência jamais poderia compreender a questão dessa forma, ninguém daquela comissão ouviu qualquer referência minha ao artigo 5.º do Regimento Interno. Eu disse que era por analogia com a eleição da Mesa Executiva, pois então, faltaram dois Deputados - o Deputado Algaci Túlio e Rafael Greca, e, nem por isso convocou-se o suplente, naquele instante, para eleger a Mesa Executiva da Casa. Foi isto

o que eu disse e a ata pode comprová-lo.

Em segundo lugar, Vossa Excelência está esquecido que, na hora, Vossa Excelência levantou para ir cumprimentar o mais idoso. Vossa Excelência nem conhecia o Regimento Interno naquela oportunidade.

Em terceiro lugar, o recurso de Vossa Excelência tem que ser dirigido aos membros da Comissão de Justiça, jamais à Comissão Executiva da Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta à Liderança do PDT, se fará uso da palavra.

Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados.

O PDT se soma, neste momento, à idéia trazida há minutos atrás, neste Plenário, pelo Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira, de que façamos com que os nossos Constituintes venham nos finais de semanas às capitais para ouvir os reclamos dos Senhores Prefeitos e para também colherem subsídios do povo e dos demais segmentos da sociedade. Falou muito bem o Deputado Luiz Alberto, ao se referir aos Prefeitos, que administram seus municípios, e não tem recursos para pagar a passagem e a hospedagem em Brasília, e ali esperar a boa vontade de algum Ministro ou até, às vezes, encontrar o Parlamentar do seu Estado para recepcioná-lo. É importante que se faça desta Casa o grande canal, o grande fórum de debates para os assuntos que deverão ser levados à Constituinte. O PDT também espera que haja a devida sensibilidade dos Senhores banqueiros em relação à situação dos bancários. Sabemos das dificuldades dos Senhores banqueiros. Encaminhamos à esta Casa um requerimento assinado por Deputados de quase todas as bancadas, colocando a situação aflitiva em que vivem hoje os bancários do nosso Estado e de todo Brasil. O PDT também espera que haja a devida sensibilidade dos diretores da COPEL com respeito aos salários baixíssimos que recebem os seus funcionários, ameaçando com uma paralisação a qualquer momento. O PDT também espera, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que haja a devida sensibilidade de Sua Excelência, o Governador Álvaro Dias, de Sua Excelência, o Prefeito de Curitiba, no que diz respeito à triste situação em que vivem hoje os professores do Estado e do Município, prontos a deflagrarem uma greve geral nos próximos dias.

O PDT espera que fatos desta natureza aqui não se repitam mais, especialmente num governo que fala que daqui para frente

será um governo da verdade, somente da verdade. O PDT espera que daqui para frente não sejam encaminhadas cartas a empresas ligadas ao Governo do Estado, como esta aqui, com o timbre do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Diretório Regional do Paraná, Comissão Executiva, assinada pelo Senador Álvaro Dias, em que ela encaminha ao ilustríssimo Senhor Ryad Salamuni, Diretor-Presidente da MINEROPAR, uma sua eleitora, quem sabe, eleitora do PMDB, que foi lhe pedir emprego. Esta correspondência foi encaminhada. A moça foi admitida, e trabalhou até pelo menos sexta-feira, quando recebeu esta correspondência da MINEROPAR, dispensando-a.

Esta política de empreguismo não cabe mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, num Governo que diz que vai pregar a verdade, somente a verdade. Mas como, se até agora o PMDB foi um governo de brincadeira, usando eleitor, usando o povo, como se fosse um preservativo descartável. Está na hora de acabar com isso! Está na hora realmente deste Paraná ter um Governo de verdade, e por isso nós esperamos que providências sejam tomadas e que fatos desta natureza não venham a se repetir. Além disso, devo dizer também que a incompetência dos governantes brasileiros levaram este País à tremenda crise que estamos vivendo hoje. Estamos num impasse. O Governo dá sinais visíveis de não saber como agir entre a necessidade de conter a expansão econômica em níveis razoáveis, que permitam o povo a agüentar as suas consequências, ou permitir o desencadeamento de um processo incontrollável de estagnação econômica, que vai deixar o povo com menos empregos e mais miseráveis ainda do que já está.

Entre os muitos, ou entre todos os setores, o que mais preocupa é o setor de ensino. Os professores já não conseguem mais respirar, estão sangrando com a política de desvalorização adotada pelo Governo em todos os seus níveis, federal, municipal e estadual. A área encontra-se em estado de greve, podendo ela ser deflagrada a qualquer momento. Senhores Deputados, sabemos que hoje os professores estão pagando para trabalhar, estão sangrando com seus miseráveis salários para dar ensino aos nossos filhos. Entretanto, vemos sensibilidade da parte do Governo do Estado, do Governo do Município, no sentido de melhorar ou pelo menos minimizar esta situação de miserabilidade vivida pelo professor nos dias de hoje.

A situação em que se encontra a única Escola Técnica do Estado do Paraná, - quem sabe até alguns Parlamentares não saibam da sua existência -, localizada no Boqueirão, cobra hoje, e ela não pode fazer isto, uma taxa de manutenção de Cz\$50,00 de

cada um dos seus alunos, para repor as lâmpadas queimadas, para os consertos de calhas, consertos de vidros. Esta é a situação terrível em que se encontra o ensino neste Estado. Nós esperamos de Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, que disse no seu discurso de posse que a verdade acima da verdade, seria sua meta; que ela faça, com a sua sensibilidade, prevalecer a verdade.

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, eu não vejo verdade ou inverdade nas colocações que Vossa Excelência está fazendo. Em primeiro lugar, porque Vossa Excelência apresenta uma Carta que é normal na vida política, encaminhando uma pessoa que precisa de emprego. Por isto, eu quero saber se Vossa Excelência está contra o momento em que foi dado o emprego, ou está contra agora, em que a pessoa foi demitida, porque isso não ficou muito claro. Quer dizer, Vossa Excelência está usando dois pesos, sem se definir por qualquer um. Vossa Excelência é contra o emprego que foi dado, ou está contra, agora, a demissão ocorrida. Em segundo lugar, quando Vossa Excelência fala do problema de identificação da área federal, nós concordamos e até acrescentamos, Deputado Algaci Túlio, a solicitação de que Vossa Excelência pudessem nos dizer, aí da tribuna, se foi o Governo da Nova República que individou esta nação em 110 bilhões de dólares, ou se foi uma herança do passado, recebida por companheiros nossos, de tempos não tão distantes, mas dos quais a Nação brasileira tem ainda lembrança, constituindo-se um fardo de problemas a resolver, mas de problemas que não foram criados por nós, do PMDB.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, nobre Deputado. Para concluir, Senhor Presidente. Quero dizer que os meus companheiros do passado, talvez sejam os mesmos seus companheiros, também do passado, a exemplo do ex-Governador José Richa, que foi assessor de Governos passados aqui no Palácio Iguaçu. Além disso, nobre Deputado eu não pertenci ao Governo da Velha República. Mais ainda, eu lamento é que se use o povo como instrumento, em épocas de eleições, oferecendo empregos e outras coisas, e passadas as eleições se dá um pontapé neste povo. O povo não pode continuar a ser usado desta maneira!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PFL se fará uso da palavra.

Com a palavra, o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

A minha presença rapidamente, nesta tribuna, é para referir-me ao pronunciamento do Deputado Ferrari Júnior, representante de Maringá, no Pequeno Expediente. Sua Excelência faz um discurso e conclui pedindo à Mesa que encaminhe solicitação ao Senhor Governador, no sentido de que ele analise melhor, reexamine, especialmente as consequências que poderão advir da Sanção da Mensagem do ex-Governador, João Elísio, votada por esta Casa, que autoriza o Governo do Estado a assumir a dívida de oitenta e dois milhões de dólares, contraída para a construção da Cidade Industrial.

O Deputado Pedro Tonelli, em aparte oferecido ao Deputado Ferrari Júnior, lembrou-se que este Deputado havia solicitado durante a tramitação daquela Mensagem, o seu adiamento por trinta sessões, para que a Casa analisasse melhor aquela mensagem.

Eu quero apenas, pedindo escusas ao Deputado Pedro Tonelli, fazer uma retificação. Apresentei requerimento, naquela oportunidade, referente à Mensagem que autoriza o Governo do Estado a contrair empréstimo de até setecentos milhões de dólares, destinados às obras de Salto Segredo, dos quais cem milhões de dólares seriam destinados a obras da COPEL inespecificadas na Mensagem.

A minha proposição foi rejeitada, mas veio para ratificar o posicionamento, deste Deputado e da Bancada da Frente Liberal com relação aos oitenta e dois milhões de dólares que o Estado assume com a sanção da Mensagem aprovada por esta Casa, encaminhada pelo ex-Governador João Elísio. Com relação à ela, Senhores Deputados, apresentei uma emenda de que votada aquela proposição, transformada a mensagem em Lei, além da Cidade Industrial, que seria beneficiada com oitenta e dois milhões de dólares, fossem estendidos os favores do Estado e a atenção benéfica do Estado preocupado com a Cidade Industrial, também aos outros municípios do Estado, já que trezentos e tantos municípios estão a pedir a Reforma Tributária, devido as suas dificuldades administrativas.

Estou perplexo, Senhores Deputados. O Senhor Governador Álvaro Dias, ao assumir, anunciou um déficit, em fevereiro, de duzentos e cinquenta milhões de cruzados, prevendo para março, disparado o gatilho, quinhentos e cinquenta milhões de cruzados, do déficit. Ora, sabemos que este Estado não está pagando sequer os juros da dívida externa, assim assusta-me querer o Governo assumir oitenta e dois milhões de

dólares a mais de sua dívida, que segundo o Senhor Governador Álvaro Dias ascende à casa de um bilhão e cem milhões de dólares. Por isso, Senhores Deputados, fica ratificada aqui a posição e a postura do nosso Partido, de que nós continuamos contra. Talvez até os argumentos que motivaram o encaminhamento da mensagem pelo ex-Governador João Elísio, sejam convincentes mas da mesma forma, eu repito, a atenção do Governo deve voltar-se aos demais municípios, particularmente para as dívidas contraídas pelas obras do PRAM.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto à Liderança do Partido Liberal, se fará uso da palavra. (Declina).

Havendo declinado, declaro encerrado o Horário das Lideranças, passando à ORDEM DO DIA.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Consulto Vossa Excelência, se foi dada a palavra à Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Foi, a primeira.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Para informar ao nobre Líder do PMDB, que por ocasião da anúncio por Vossa Excelência do Horário das Lideranças, não estava presente nenhum dos Líderes do PMDB em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu informo ao líder do PMDB, que em função do Grande Expediente ter sido ocupado por um Deputado do PMDB, o primeiro horário, à inscrição foi do PMDB, e esta Presidência consultou à Liderança de seu partido e o mesmo, através do Deputado Tadeu Lúcio Machado, declinou.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço a informação de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antônio Belinati, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, ficando os Senhores Deputados que representarão a bancada nas diversas Comissões da Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de lí-

der do PTB, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado Luiz Antônio Setti para membro suplente da C.C.J., bem como seu nome para membro suplente da Comissão de Saúde. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando a substituição do Senhor Deputado Gerônimo Kirinus pelo Senhor Deputado Pirajá Ferreira, na C.C.J., como suplente, bem como a sua exclusão da lista dos suplentes da Comissão de Reforma à Constituição. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n. 230/86, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de utilidade pública estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São João do Itaipó. Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 265/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública estadual, a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS NÚCLEO RESIDENCIAL - JARDIM YPÊ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Américo Sobral, ocorrido no dia 28 de março do corrente ano, no Município de Santa Cruz do Monte Castelo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhorita Rita de Cássia Rodrigues Alves, ocorrido no dia 23 de março do corrente ano, no Município de Itanhaém, no Estado de São Paulo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Aparecido Francisco, ocorrido no dia 29 de março do corrente

ano, no Município de Altamira, no Estado do Pará. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem dos 87 anos de fundação do Município de Jacarezinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio do expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a implantação de ligação asfáltica ligando o Município do Pinhão e o Distrito de Rondinha e a Usina de Salto Segredo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a implantação de ligação asfáltica, ligando o Município de Teixeira Soares ao Distrito de Guaraji. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a implantação e ligação asfáltica, ligando as sedes dos Municípios de São João do Ivaí, Godoy Moreira e o Distrito de Ubaúna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a implantação de ligação asfáltica, ligando os Municípios de Irati, Inácio Martins e Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo para que 50% dos impostos arrecadados pelo Estado, em razão da compra do café efetuado pelo IBC, desde janeiro do corrente, sejam repassadas ao BANCO DO ESTADO DO PARANÁ. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário dos Transportes e Diretor-Geral do DER/PR, no sentido de construir uma estrada de pavimentação asfáltica ligando o Município de Coronel Vivida, passando pelo Distrito de Honório Serpa (Município de Mangueirinha) à PR- 459, na localidade de Santo Antônio, Município de Mangueirinha e daí até o município de Bituruna. Aprovado. À Diretoria

Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio do expediente aos Senhores Secretário dos Transportes e ao Diretor-Geral do DER/PR, encarecendo a construção de uma ponte nas divisas dos Municípios de Pato Branco e Renascença. Em Discussão. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela ordem) - Senhor Presidente. Entendendo que o requerimento do Deputado seja da maior importância, quer esse Deputado aprová-lo, tomando conhecimento do seu teor. Gostaria que o mesmo fosse lido, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Convido o Senhor 1.º Secretário para ler a íntegra do requerimento:

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Artagão Mattos Leão). (Lê o requerimento):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário que se encaminhe expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Estado do Paraná e ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem- DER/PR, no sentido de efetuarem estudos visando a construção de uma ponte sobre o Rio Santana, com aproximadamente trinta metros de comprimento, nas divisas dos Municípios de Pato Branco e Renascença.

Sala das Sessões, em 30.03.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Na divisa dos Municípios de Renascença e Pato Branco, mais precisamente sobre o Rio Santana, a população sudoestina, moradores na região, quando tem necessidade de atravessar o citado rio é obrigada a fazê-lo por dentro do seu leito, ou seja, por dentro da água.

Dizer que é importante construir uma ponte onde nada existe, seria, da nossa parte, expor o óbvio e, embasados neste motivo é que solicitamos por parte do Executivo, a maior aceleração possível do projeto, para que possamos atender os anseios e necessidades daquela população.

Informamos também, que a ponte solicitada já esteve em programação e, por motivos desconhecidos, a obra não foi executada.

Trabalhar em benefício do povo paranaense é dever e obrigação de todos nós que ocupamos cargos públicos".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio). Em votação. APROVADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Agricultura e Diretor-Presidente da CLASPAR, encarecendo a venda de produtos dos associados da Associação Paranaense de Suinocultores, e demais associações vinculadas, na Bolsa de Mercadorias do Paraná- BMP. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Não vamos nos Dispersar", publicado no "Correio de Notícias". - Em discussão. Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, eu li a matéria e o editorial do Diretor do "Correio de Notícias", Sílvio Name, e não entendi porque a proposta do companheiro Deputado Caíto Quintana: "Não vamos nos dispersar".

Aliás, esta deve ser também a marca deste Parlamento, como deve ser a marca registrada do nosso Executivo.

Há poucos instantes, o Governador Álvaro Dias, seguindo esta temática de "Não vamos nos dispersar", e preocupado com a microempresa do Paraná, liberou 30 milhões de cruzados para as microempresas do Estado, através do BANESTADO, com o limite de 80 mil cruzados por empresa, e o que é mais importante, Sr. Presidente, sem juros, para que essas empresas possam fazer frente às suas dificuldades atuais e com prazo de um ano para pagamento.

E também, para que não se dispersem as médias e pequenas empresas do Paraná, o Governador do Estado liberou 200 milhões de cruzados para as pequenas e médias empresas do Paraná.

Realmente, a temática do Editorial do Sr. Sílvio Name no "Correio de Notícias" é muito importante, mas tão importante quanto a medida tomada pelo Governador do Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em discussão o requerimento. - **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a implantação de um Colégio Agrícola, no Município de Planalto. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação entre os Distritos de

Esquina Gaúcha e Bela Vista, no Município de Pérola do Oeste. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga os Municípios de Chopinzinho e Coronel Vivida, interligando a PR-158 e a PR-281. - **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, para que o mesmo determine à SANEPAR que sejam agilizados os serviços de instalação da rede de água nos Distritos de Bela Vista e Esquina Gaúcha, no Município de Pérola do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo sejam promovidas melhorias na Escola Estadual "Emílio de Menezes", nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Administração, encaminhando posicionamento da FESPAR - Federação dos Servidores Públicos do Paraná, a respeito da Reforma Administrativa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a instalação de micropoços artesianos, nas localidades de Grutas e Ribeirãozinho, no Município de Castro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo providências para um melhor atendimento no Posto de Saúde do Distrito de Abapan, no Município de Castro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do BADEP, por intermédio do Senhor Governador do Estado, encarecendo informações completas, com os nomes dos beneficiários dos financiamentos, data da contratação, taxa de juros e prazo de vencimento, relativos aos contratos de financiamentos às empresas paranaenses, no ano de 1986. **Em discussão.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Gostaria que Vossa Excelência conferisse a votação, porque não foi aprovado esse requerimento e, para justificar, gostaria de dizer que o posicionamento da Bancada do PMDB será o de votar contra este requerimento pela questão de sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Solicito ao 1.º Secretário que faça a devida verificação de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Vossa Excelência anunciou o resultado da votação e percebeu que a Bancada do PMDB não se manifestou no momento adequado. Conseqüentemente, o requerimento já está aprovado.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - O ilustre Líder do PDS deve ter se equivocado. O Líder do PMDB solicitou verificação de votação, como manda o Regimento Interno. Ele pediu verificação, só isto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Mesa irá proceder à verificação de votação.

Solicito aos Senhores Deputados que aprovam, que queiram levantar-se.

Solicito aos Senhores Deputados que rejeitam que queiram levantar-se.

Vinte e quatro Senhores Deputados rejeitam, oito aprovam. Está REJEITADO O PRESENTE REQUERIMENTO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a remessa de uma cópia do convênio realizado no segundo semestre de 1986, com a Prefeitura Municipal de Andaraí, visando contratação de pessoal para trabalhar nas escolas estaduais do Município de Bandeirantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a contratação de todos os servidores municipais que estejam à disposição do Estado, através de convênios com a Secretaria da Educação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Geral de Navega-

ção Interior, da Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAM -, encarecendo seja estabelecida uma passagem por balsa, entre os Municípios de Santa Helena (Paraná - Brasil) e Poro Índio (Paraguai). Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo viabilizar a pavimentação asfáltica no trecho entre o Município de Alto Piquiri - Saltinho e Perobal, e de Alto Piquiri a Brasilândia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do trecho que liga o Município de Capanema ao Distrito de Marmelândia, passando pelos Distritos de Cristo Rei, Pinheiros e Alto Faraday. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo a construção de um muro de arrimo e calçada, no terreno onde se localiza a Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo a construção de um edifício para funcionamento de escola do 1.º Grau, no Parque das Grevíleas - 3.ª Parte, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Basílio Zanusso, Alexandre Ceranto e demais deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro do Trabalho, Presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, encarecendo o atendimento às reivindicações da classe bancária. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, viabilizando a implantação de cursos técnicos em Agropecuária, Florestal e em Piscicultura, nos estabelecimentos de ensino de 2.º Grau, no Municí-

pio de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo a criação da Comarca de Almirante Tamandaré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando a criação de uma Comissão Especial, conforme o art. 34 do Regimento Interno desta Casa, com objetivo e discutir e elaborar sugestões de matéria constitucional que deverão ser encaminhadas às Comissões incumbidas de elaborar o Projeto da Constituição. Em discussão. Em votação.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI (Para Encaminhar)- Não temos dúvida de que o fato político mais importante dos últimos quarenta anos, no Brasil, é a Assembléia Nacional Constituinte, e esta Assembléia Nacional Constituinte, nasce com uma vertente liberal, porque permite, através do seu Regimento Interno, que a população de modo geral, possa encaminhar sugestões às Comissões, através de trinta mil assinaturas que venha a recolher com sugestões de matéria constitucional. Além disso, permite também que as Assembléias Legislativas, que as Câmaras Municipais, e os Tribunais formem Comissões Especiais para encaminhar sugestões de matéria constitucional às comissões que elaboram o Projeto de Constitucional.

E, eu não tenho dúvida, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não pode deixar de oferecer a sua grande contribuição à esta Assembléia Nacional Constituinte à medida em que também tem interesses.

Tenho certeza que a maioria dos Deputados Estaduais lutam e querem que os Estados, quando elaborarem a sua Constituição Estadual, tenham o máximo da autonomia para legislar sobre economia, sobre as questões sociais que estão aí, a serem resolvidas.

Por isto, encaminhamos a este Plenário e a esta Mesa, para deliberação, a criação de uma Comissão Especial, porque o prazo que prevê o Regimento Interno do Congresso Nacional Constituinte é de 30 dias para encaminhamento das sugestões, e imediatamente temos que passar ao trabalho, encaminhando sugestões, para que venhamos a ter, aqui, nos Estados, a autonomia para elaborar as nossas respectivas Constituições, e também sendo um canal permanente, por meio do qual a população possa manifestar suas ansiedades relativas à Nova

Constituição.

É por isso que pedimos apoio a todas as bancadas com assento nesta Casa, no sentido de aprovar este requerimento e, também, imediatamente passarmos à formação desta Comissão, que vai ter, nos próximos trinta dias importância fundamental, tendo em vista que vai sugerir artigos para serem incluídos na Constituição Federal.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em votação. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Coordenador do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Paraná, encarecendo o cumprimento dos termos dos contratos de assentamento, firmados entre o INCRA-PR e as famílias assentadas nos projetos de assentamentos de agricultores sem-terra, na Fazenda Xagu, no Município de Laranjeiras do Sul. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n. 111/86, que disciplina a instalação dos Gabinetes de Representação das Lideranças de Bancada. - Retirado pelo Autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 230 e 265/86.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO DO DIA 30 DE MARÇO DE 1.987.

"Não Vamos nos Dispersar"

(Correio de Notícias)

Sílvio Name

"Vale lembrar, nesta quadra da vida política paranaense, a frase do saudoso Tancredo Neves, ao ser eleito Presidente da República: "Não vamos nos dispersar". Dita no momento da euforia pela vitória, a frase passou a ser um chamamento permanente à união daqueles que têm como objetivo o bem maior da Nação, a democracia, a justiça social. A diáspora dos políticos que comungam dos mesmos ideais só interessa aos mesquinhos, aos oportunistas, àqueles que têm seus interesses pessoais contra-

riados pela decisão de servir ao povo, respeitar a vontade soberana, até divina, da coletividade.

A renovação dos costumes, a verdadeira revolução política e administrativa começou no Paraná quatro anos atrás, com a ascensão de José Richa ao governo do Estado, tendo João Elísio na continuidade. E prossegue agora com Álvaro Dias, consagrado nas urnas pela expressiva maioria dos paranaenses. Esse processo de mudanças não pode parar. Pelo contrário, o Paraná tem de conquistar todos os espaços a que tem direito no comando dos destinos deste País. E isso só será possível se todos continuarmos unidos, coesos no principal, no primordial. A discussão, a divergência é necessária, é benéfica ao exercício da liberdade, da democracia. Mas a união é imprescindível nos momentos de ação em favor do Paraná e do seu povo.

Há questões em que não se admite, de sua consciência, qualquer divergência. Nem entre homens do mesmo partido nem mesmo entre pessoas que integram uma mesma comunidade, independentemente de facções políticas.

Já virou folclore a modéstia e a timidez com que os paranaenses se apresentam nacionalmente. Entre o medo de fazer feio e a vergonha de reivindicar, até mesmo de exigir, deixamos para outrem oportunidades históricas. Isso pode mudar. Deve mudar. E cabe a todos nós conseguirmos que isso mude, desde que "não nos dispersemos".

O senador José Richa acaba de conquistar uma grande vitória com a eleição de seu companheiro Mário Covas para a liderança do PMDB na Constituinte. E com isso aumentou seu cacife político a nível nacional para, ao lado de companheiros como Euclides Scalco, hoje o primeiro entre os doze vice-líderes da Constituinte, obter um tratamento melhor para o Paraná, para o governo comandado por Álvaro Dias. Este, por sua vez, sabe que pode contar com uma bancada forte e unida, a lhe dar respaldo, ajudar a recolocar o Paraná no mapa do Brasil. Com um Secretariado de alto bordo, Álvaro assumiu o governo com decisão. E já começa a colher, junto à opinião pública,

os frutos da cautela, serenidade e prudência que estão a marcar seus primeiros atos.

Abrindo mão da "feèrie" que assinalou o início das novas administrações estaduais em outros pontos do País, Álvaro mostrou que tem gás para um tiro mais longo. Ele confirmou isso, mais uma vez, ontem à noite, em pronunciamento, o primeiro, pela televisão. Um governo que sabe por que veio, que sabe para onde vai. Um caminho difícil, que só pode ser percorrido se todos nós, paranaenses que desejam o melhor para o Estado - pusemos o pé na estrada, ao lado do governador e de nossas lideranças mais sadias.

Diz-se que em política a operação mais difícil é a soma. Está na hora de o Paraná desmentir a crença. Somar só é difícil quando ambições e vaidades pessoais são colocadas acima dos interesses da sociedade. O que não é o caso presente, no Paraná. Temos condições de somar e a obrigação de "jamais nos dispersar". Obrigação com o povo do Paraná, que pediu mudanças, que nunca aceitará a desunião daqueles aos quais confiou os seus destinos."

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE
PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
Resolução n. 03/87

Consoante o artigo 40 do Regulamento da Lei 6639/74, D E S I G N O o funcionário responsável pela Secretaria do FEPPA, I HOR BARANHUK, a receber as chapas de candidatos que concorrerão às eleições do próximo dia 15 de abril, estabelecendo o seguinte:

a. Obediência do prazo e normas previstas no artigo 40, do Regulamento da Lei 6639/74;

b. O registro das chapas se efetivarão com o recibo passado pelo responsável na própria chapa, por ocasião da entrega, ficando o original em poder do FEPPA, e a segunda via, com os respectivos candidatos concorrentes.

Curitiba, 27 de março de 1987.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO
Presidente